

ATA NÚMERO 122/XIII (3.ª)

A 2 de maio de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE

Audição da Comissão de Trabalhadores da Rádio e Televisão de Portugal sobre as notícias respeitantes à exoneração do Diretor de Informação da RTP (10h00);

Audição do Conselho de Redação da Rádio e Televisão de Portugal sobre as notícias respeitantes à exoneração do Diretor de Informação da RTP (11h30);

Audiência à Associação de Empresas de Ginásios e Academias de Portugal (AGAP), para apresentação da nova Direção da Associação e do Programa “Projectar um Portugal + Activo e +Saudável” (13:00);

II PARTE

1. Informações;
 2. Aprovação da ata da reunião de 24 de abril de 2018;
 3. Apreciação e votação do requerimento do Grupo Parlamentar do PSD para discussão em Comissão do [projeto de lei n.º 483/XIII/2.ª](#) (PSD) - Procede à 1.ª alteração da Lei n.º 23/2006, de 23 de junho, modificando o regime jurídico do associativismo jovem;
 4. Outros assuntos.
-

I PARTE

Audição da Comissão de Trabalhadores da Rádio e Televisão de Portugal sobre as notícias respeitantes à exoneração do Diretor de Informação da RTP

Dando início à audição, a Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputada Edite Estrela, deu as boas vindas aos representantes da Comissão de Trabalhadores da Rádio e Televisão de Portugal, Paulo Mendes, Augusta Henriques, Paulo Amaral, Paulo Eusébio e José Lopes, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra ao Grupo Parlamentar do PS, autor do requerimento em apreciação.

O Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) referiu que saudava a atitude da Comissão de Trabalhadores de auxiliar a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto a desempenhar a missão que o Parlamento tem de acompanhar a vida e a atividade do serviço público de televisão. Na verdade, é esse o objetivo principal do requerimento do Grupo Parlamentar do PS.

O modelo de governação da RTP foi objeto de uma revisão profunda na Legislatura anterior que, no entender do Grupo Parlamentar do PS, na forma em como introduziu um novo órgão, nomeadamente o Conselho Geral Independente, corre o risco de tornar mais difuso e mais difícil de perceber as formas de responsabilização do Conselho de Administração e a possibilidade de os órgãos democraticamente legitimados poderem fazer o acompanhamento da vida do serviço público de televisão.

De facto, o que motiva o Grupo parlamentar do PS em grande medida é o tomar o pulso ao funcionamento do serviço público, ao longo dos anos têm procurado sempre acompanhar o estado de financiamento da empresa e as questões relativas à normalidade do funcionamento da empresa.

Com efeito, perante o esclarecimento que tinha sido prestado pela Comissão de Trabalhadores publicamente, um aspeto merecedor de recolha de elementos adicionais junto da Comissão de Trabalhadores era a estranheza de um processo de transição da Administração anterior para a Administração futura, que ainda não estava concluído e eventualmente paralelamente estava a

decorrer um processo de substituição de uma posição relevo no quadro da empresa que é a matéria relativa à Direção de Informação.

Desde que o Grupo Parlamentar do PS formulou o requerimento, houve uma tomada de posição, dando nota de que nada do que aparentemente estaria em cima da mesa efetivamente esteve. Assim, em primeiro lugar, o fundamental é perceber o histórico que levou à Comissão de Trabalhadores a sentir a necessidade de emitir o comunicado, qual é o contexto que motivou aquela tomada de posição.

Em segundo lugar, questionou se a Comissão de Trabalhadores confirma aquilo que veio a acontecer, que é um desmentido globalizado ou, pelo menos, a ideia de que não esteve prevista naquele fase proceder a uma exoneração da Direção de Informação.

Os representantes da Comissão de Trabalhadores responderam às questões colocadas pelo Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS), referindo que uma Comissão de Trabalhadores representa os interesses corporativos de todos os seus trabalhadores, mas existe uma baliza que uma Comissão de Trabalhadores num órgão de comunicação social tem que é o facto de existirem outros órgãos, nomeadamente, o Conselho de Redação dos Jornalistas que se pronuncia sobre a capacidade de algum profissional exercer a tarefa de Diretor de Informação. A Comissão de Trabalhadores não se pronuncia sobre isso, ou seja, essencialmente a Comissão de trabalhadores considera que qualquer jornalista da RTP dotado de uma carteira profissional atualizada e em dia pode ser Diretor de Informação da RTP. De facto, a Comissão de Trabalhadores não se referiu a uma contestação a uma nomeação, mas essencialmente ao cumprimento escrupuloso da lei.

Mencionaram que a RTP a 31 de dezembro de 2017 tinha 1614 trabalhadores no quadro ativo, em 2005 aquando da fusão da RTP e da RDP, a RTP tinha 2360 trabalhadores, ou seja, numa década perdeu 760 trabalhadores no seu quadro efetivo.

A idade média dos trabalhadores da RTP é de 48,9 anos de idade. A RTP é uma companhia com um gigantíssimo problema de renovação de quadros. Como é uma empresa envelhecida tem os problemas de uma empresa envelhecida, ou seja, é uma empresa onde existe um elevadíssimo número de trabalhadores extraordinários devido à falta de quadros técnicos com *know-how* que entretanto saíram, há também uma dificuldade de alocação de quadros.

De seguida, usaram da palavra para colocar algumas questões os Senhores Deputados José Carlos Barros (PSD), Jorge Campos (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP), Diana Ferreira (PCP) e Carla Sousa (PS), tendo os representantes da Comissão de Trabalhadores respondido individualmente a cada um dos Senhores Deputados no seguimento das respetivas intervenções, tendo afirmado, designadamente que não haverá do ponto de vista legalista uma possibilidade do Conselho de Administração que se considerasse em funções para fazer isto, do ponto de vista formal e empresarial o Conselho de Administração atual não tem qualquer tipo de legitimidade para fazer aquela modificação, até por uma razão que é óbvia, sendo conhecida a saída de dois Administradores e não tomando posse os outros dois com quem é que foi discutida a mudança do Diretor de Informação, com o Conselho de Administração que ainda não tomou posse ou com aquele que estava em funções.

Logo, o Conselho de Administração está inferido de ilegitimidade, até porque apenas um membro do Conselho de Administração não tem a legitimidade para destituir um Diretor de Informação e teria que seguir os procedimentos da Entidade Reguladora para a Comunicação Social.

A documentação e a gravação vídeo da audiência pode ser consultada na [página internet da Comissão](#), pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Audição do Conselho de Redação da Rádio e Televisão de Portugal sobre as notícias respeitantes à exoneração do Diretor de Informação da RTP

Dando início à audição, a Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputada Edite Estrela, deu as boas vindas aos representantes do Conselho de Redação da Rádio e Televisão de Portugal, Tiago Contreiras, Eduardo Pestana, Helena Figueiras, Fernando Andrade e José António Pereira, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra ao Grupo Parlamentar do PS, autor do requerimento em apreciação.

A Senhora Deputada Carla Sousa (PS) referiu que cabe ao Parlamento fazer o acompanhamento do serviço público que a RTP e a Lusa vão fazendo. O Grupo Parlamentar do PS foi acompanhando pela imprensa o processo da suposta exoneração de Paulo Dentinho e a hipotética nomeação de

Carlos Daniel para Diretor de Informação num processo que teria sido conduzido pelo atual Presidente do Conselho de Administração, Gonçalo Reis.

A questão que se põe é que aquela questão surgiu num momento que se definiam ainda os nomes que iriam integrar uma nova Administração, ainda não tinha sido apresentado um Plano Estratégico que no fundo poderia servir de base para as mudanças que pudessem vir a ser efetuadas na Redação e nas diversas direções e não havia documentos, que suportassem aquelas decisões fossem elas da aprovação do órgão colegial que Gonçalo Reis preside, quer obviamente um parecer vinculativo da Entidade Reguladora para a Comunicação Social que não existia. Portanto, no fundo falamos de um ato que apareceu na imprensa como consumado, no fundo inopinado sem nenhuma estrutura legal que o defendesse.

Na altura, a Comissão de Trabalhadores pediu explicações de imediato, o Conselho Geral Independente afirmou que as notícias surgidas eram totalmente intempestivas, o Gonçalo Reis não confirmou a notícia, o Sindicato dos Jornalistas pediu que o Conselho Geral Independente fosse mais interveniente e na altura faltou conhecer a posição do Conselho de Redação. Importante sublinhar que este tipo de notícias teve um impacto muito grande no Conselho de Redação, na medida em que o Diretor de Informação ficou para todos os efeitos enfraquecido pela posição em que ficou.

Referiu que mais tarde teve conhecimento que teriam emitido um comunicado sobre o tema e onde ouviram as partes interessadas. Nesse sentido, questionou o Conselho de Redação sobre se perante o comunicado se considera esclarecido sobre todas as questões que estavam em jogo.

Solicitou uma análise do Conselho de Redação da frase do Dr. Gonçalo Reis *“É evidente que não demiti o atual atual diretor de informação Paulo Dentinho, a Direção de informação está em funcionamento e eu valorizo a estabilidade, porém estabilidade não significa cristalização”*. Referiu que aquela frase dá a entender que a Direção de Informação ou a Redação está cristalizada, há aqui uma cristalização ou do cargo ou da redação que existe neste momento na RTP.

Perguntou se nos dias imediatamente a seguir se o Diretor de Informação que é ainda hoje Paulo Dentinho se foi sentida essa perda de autoridade, se houve algum esclarecimento direto com a redação nalguma reunião que tivesse havido.

Por fim, mencionou que tudo o que aconteceu não está completamente de acordo com o modelo de governança da RTP, pelo menos a legislação que temos em vigor que delimita o modelo de governance.

De facto geraram-se aqui algumas zonas sombreadas e o Partido Socialista está disponível para aclarar o modelo ou fazer alguma alteração. No entanto, o que parece importante ao Grupo Parlamentar do PS é perceber se de facto o modelo de governance criado protege o serviço público da RTP ou se permite a existência destas zonas mais confusas que não servem o serviço público, não servem a imagem e o prestígio da empresa.

O Conselho de Redação respondeu às questões colocadas pela Senhora Deputada Carla Sousa (PS) mencionando, designadamente que é evidente que uma notícia daquelas sem um desmentido mexe com a redação da RTP como mexeria com qualquer instituição que se visse envolvida num processo noticioso daquele género. No entanto, o Conselho de Redação entende que considerar que foi criado um clima de instabilidade na redação por via daquelas notícias é excessivo.

O Diretor de Informação transmitiu ao Conselho de Redação que se encontra em pleno usufruto das suas funções, o Conselho de Administração reiterou essa posição e o Conselho Geral Independente considerou que neste momento uma eventual mudança na Direção de Informação não se coloca.

A redação da RTP é experiente e é madura, já se deparou com situações semelhantes em tempos próximos e não foi por isso que perdeu o foco naquilo que é a sua missão primordial que é fazer jornalismo de qualidade, independente e com uma missão de serviço público. O trabalho jornalístico continua a ser levado a cabo, têm um canal de notícias 24 horas no ar. Nesse sentido, entendem que as notícias podem ter mexido com as pessoas, mas não provocaram a instabilidade. Esse sentimento é gerado pela incerteza que este tipo de notícias, ao não serem desmentidas, possa eventualmente causar. No fundo, se quisermos olhar para este caso podemos dizer que tratou-se de uma peripécia.

De seguida, usaram da palavra para colocar algumas questões os Senhores Deputados Pedro do Ó Ramos (PSD), Jorge Campos (BE), Diana Ferreira (PCP) e Carla Sousa (PS), tendo os representantes da Comissão de Trabalhadores respondido individualmente a cada um dos Senhores Deputados no seguimento das respetivas intervenções, tendo afirmado, nomeadamente, que ao longo daquele processo a postura que adotaram visou principalmente o esclarecimento da situação e através desse esclarecimento poderem, em conjunto com a redação, chegar a algumas conclusões. Todos os lados intervenientes na matéria estiveram de acordo nesse ponto, que sublinhava que o Paulo Dentinho é o Diretor de Informação, o Conselho de Administração não tem a intenção de o exonerar, não o exonerou e o Conselho Geral Independente considera que não é o momento para se discutir essas matérias. Portanto, entendem que não há instabilidade por via da notícia, apesar de ter mexido com os sentimentos das pessoas como aconteceria em qualquer organização.

Sobre eventuais tomadas de decisão pendentes perante o arrastar da nomeação da nova Administração, não há um impacto direto na operação da Direção de Informação. De facto, são jornalistas experimentados, oleados, concentrados na sua missão de informar. Admitem que, do ponto de vista de investimento em novos equipamentos, novas soluções técnicas que estão a surgir a todo o momento, haja eventualmente alguma demora no reequipamento da RTP, mas, do ponto de vista editorial, não há qualquer impacto dessa indefinição no quotidiano dos jornalistas.

A documentação e a gravação vídeo da audiência pode ser consultada na [página internet da Comissão](#), pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Audiência à Associação de Empresas de Ginásios e Academias de Portugal (AGAP), para apresentação da nova Direção da Associação e do Programa “Projectar um Portugal + Activo e +Saudável”

Dando início à audiência, a Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputada Edite Estrela, deu as boas vindas aos representantes da Associação de Empresas de Ginásios e Academias de Portugal (AGAP), José Carlos Reis, Presidente da AGAP, José Luis Costa, Vice-presidente da AGAP e Ana Dâmaso, Tesoureira, explicou a metodologia dos

trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra ao Presidente da AGAP para a intervenção inicial.

O Presidente da AGAP fez uma intervenção inicial que pode ser consultada [aqui](#).

De seguida, usaram da palavra para colocar algumas questões os Senhores Deputados Joel Sá (PSD), João Torres (PS), Jorge Campos (BE) e Diana Ferreira (PCP), tendo os representantes da AGAP respondido no final das respetivas intervenções, afirmando, designadamente, que a associação representa os clubes privados e os clubes do setor não lucrativo, as próprias coletividades, os clubes têm quer ter atividades de *fitness* ou atividades dirigidas seja para adultos seja para crianças é indiferente. Existem neste momento no ativo em Portugal cerca de 1300 ginásios privados, o valor da faturação anda à volta dos 220 milhões de euros por ano, com cerca de 14 mil colaboradores diretos a trabalhar nos ginásios. De facto, há muitos postos de trabalho indiretos agregados a empresas de vigilância e de limpeza.

A documentação e a gravação vídeo da audiência pode ser consultada na [página internet da Comissão](#), pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

II PARTE

1. Informações

1.1. Apreciação e votação do Relatório de audiência à Direção-Geral de Saúde;

O Relatório de audiência foi aprovado por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE e PCP, registando-se a ausência do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

1.2. Apreciação e votação do Relatório da Participação da Assembleia da República na Reunião Interparlamentar organizada pela Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros (FEMM) *Capacitação de mulheres e raparigas nos Media e nas Tecnologias de Informação e Comunicação: A chave para o futuro;*

O Relatório foi aprovado por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE e PCP, registando-se a ausência do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

1.3. Pedido de audiência da Associação Portuguesa das Escolas de Navegadores de Recreio sobre o Projeto de Regulamento da Náutica de Recreio

A Senhora Presidente da Comissão questionou os Senhores Deputados sobre a possibilidade de enviar o pedido de audiência para o Grupo de Trabalho do Desporto, o que foi aceite por todos os Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE e PCP, registando-se a ausência do Grupo parlamentar do CDS-PP.

1.4. Pedido de audiência da Associação de Directores de Segurança de Portugal (ADSP) sobre os Coordenadores e os Pontos de Contacto para a Segurança no âmbito da revisão das Leis n.ºs 34/2013, de 16 de maio e 39/2009, de 30 de julho:

A Senhora Presidente da Comissão informou os Senhores Deputados do pedido de audiência.

2. Aprovação da ata da reunião de 24 de abril de 2018;

A ata da reunião de 24 de abril de 2018 foi aprovada por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE e PCP, registando-se a ausência do Grupo parlamentar do CDS-PP.

3. Apreciação e votação do requerimento do Grupo Parlamentar do PSD para discussão em Comissão do [projeto de lei n.º 483/XIII/2.ª](#) (PSD) - Procede à 1.ª alteração da Lei n.º 23/2006, de 23 de junho, modificando o regime jurídico do associativismo jovem;

O Senhor Deputado José Carlos Barros (PSD) apresentou o requerimento do seu Grupo Parlamentar. Após uma breve discussão sobre o requerimento, o mesmo foi aprovado por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE e PCP, registando-se a ausência do Grupo parlamentar do CDS-PP.

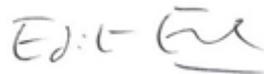
4. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

A reunião foi encerrada às 13 horas e 45 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 2 de maio de 2018

A PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(EDITE ESTRELA)

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do PCP na reunião de 08 de maio de 2018.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria
Carla Sousa
Diana Ferreira
Edite Estrela
Helga Correia
Joana Barata Lopes
João Torres
Joel Sá
Jorge Campos
José Carlos Barros
Margarida Balseiro Lopes
Norberto Patinho
Pedro Delgado Alves
Pedro do Ó Ramos
Sara Madruga da Costa
Susana Lamas
Ana Sofia Bettencourt
Carlos Silva
Gabriela Canavilhas
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Vânia Dias da Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão
Hugo Carvalho
Ivan Gonçalves
Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Pinho de Almeida
Luís Monteiro